

CENÁRIO PARA 2002.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie,
em cuja Faculdade de Direito foi Titular de Direito Econômico e de Direito Constitucional e
Presidente do Centro de Extensão Universitária.

O Brasil depende, para sua recuperação econômica, de uma retomada do desenvolvimento mundial. Que a recessão que atinge os países desenvolvidos reverta, para que seus reflexos negativos deixem de incidir sobre as nações emergentes, algumas delas com mais problemas de manutenção de seu modelo econômico liberal.

No Brasil, todavia, há outros fatos que amarram o “deslanche” nacional. E o pior deles é a notória incapacidade do governo –digo, dos governos da União, Estados e Municípios-- de reduzir as esclerosadas, mastodônticas e insuficientes máquinas administrativas e os injustificáveis privilégios de vencimentos outorgados em favor de burocratas e políticos, ativos e inativos.

Basta se dizer que, mesmo com a lei de responsabilidade fiscal, decantada como a grande solução de enxugamento destas estruturas, 60% de todos os tributos de Estados e Municípios e 50% de todos os tributos da União são destinados exclusivamente a cobrir a mão-de-obra dos governos, o que vale dizer: mais de metade de toda a carga tributária do Brasil (mais elevada que dos Estados Unidos, Suíça, Austrália, Japão e dos países emergentes) é revertida exclusivamente para o pagamento da mão-de-obra espalhada pela paquidérmica máquina administrativa da Federação.

Sem desativar o arcabouço estatal, o Brasil continua patinando na história, visto que não terá competitividade externa, nem interna, pois o custo de sua Administração Pública termina por inviabilizar qualquer tentativa de concorrer com as demais nações.

Lembre-se que, com tal nível de destinação da carga tributária à remuneração de mão-de-obra, não há possibilidade de fazer política tributária no país, mas apenas política de arrecadação. Se, nos outros países, a política tributária objetiva gerar justiça tributária e desenvolvimento, no Brasil, tal política preordena-se basicamente para manter um quadro de privilegiados, que recebem, quando na inatividade, 10 vezes mais do que o trabalhador do setor privado gerando um “déficit” público pago por toda a sociedade. Dez por cento da população brasileira recebe 10 vezes mais do que a média da população brasileira, sendo por esta sustentada, porque está no poder.

Um outro aspecto a ser examinado diz respeito à manutenção de política econômica. O modelo seguido pelo Ministro Malan, embora de credibilidade externa, assegura apenas os investidores estrangeiros e um certo controle da moeda, internamente. Ocorre que, esta só vale no Brasil, e tal modelo só tem segurado o desenvolvimento da economia, em face do perfil exclusivamente arrecadatório da “política tributária” e do controle interno da moeda, instrumentos que geram descompetitividade e não permitem que as empresas progridam. Nem mesmo as desvalorizações cambiais têm contribuído muito. Os sucessivos saldos, quanto ao superávit primário, à custa de uma política de arrecadação perversa, faz com que o país não seja tão vulnerável quanto a Argentina, pelo menos

por enquanto. O grande problema é o de saber como os investidores estrangeiros enfrentarão uma eventual vitória da candidatura Lula, com a ameaça que ele e alguns de seus partidários vêm fazendo de promover a redistribuição de riquezas pela divisão da poupança interna, e não pela sua multiplicação, a partir de medidas geradoras de desenvolvimento, sem falar em crônica mania de generalizar, atacando a todos como “especuladores externos”. Se não for positiva a reação de tais investidores a uma eventual vitória daquele que se apresenta como candidato pela 4ª. vez, podemos ter uma fuga de capitais antes mesmo de sua posse, o que dificultaria ainda mais o desempenho de uma nova e inexperiente administração.

Por fim, das cinco reformas essenciais (tributária, administrativa, previdenciária, do Judiciário e política), apenas a do Judiciário tem alguma chance de ser bem sucedida, todas as demais estando praticamente inviabilizadas.

Neste quadro, sou pessimista quanto ao ano de 2002, e esse pessimismo se acentua se o candidato eleito não conseguir tranquilizar os investidores externos, com o que tais investimentos acabarão saindo do país, antes mesmo de sua posse.

O campo, pois, está ainda em aberto para especulações, mas, à luz destes fatos, as perspectivas para 2002 são preocupantes.

São Paulo, 22 de Novembro de 2001.

IGSM/mos/A2001-102 CENARIO